



DIREITO ^E MARXISMO

transformações na América Latina contemporânea
Vol. 3

Enzo Bello
Organizador

Direito e Marxismo:
transformações na América Latina
contemporânea

Enzo Bello
Organizador

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DE CAXIAS DO SUL**

Presidente:

Roque Maria Bocchese Grazziotin

Vice-Presidente:

Orlando Antonio Marin

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Reitor:

Prof. Isidoro Zorzi

Vice-Reitor:

Prof. José Carlos Köche

Pró-Reitor Acadêmico:

Prof. Evaldo Antonio Kuiava

Coordenador da EducS:

Renato Henrichs

CONSELHO EDITORIAL DA EDUCS

Adir Ubaldo Rech (UCS)

Gilberto Henrique Chissini (UCS)

Israel Jacob Rabin Baumvol (UCS)

Jayne Paviani (UCS)

José Carlos Köche (UCS) – presidente

José Mauro Madi (UCS)

Luiz Carlos Bombassaro (UFRGS)

Paulo Fernando Pinto Barcellos (UCS)

Direito e Marxismo: transformações na América Latina contemporânea

Enzo Bello
Organizador

Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Adjunto na Faculdade de Direito e no Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor no Programa de Pós-Graduação em Direito da UCS. Consultor, avaliador *ad hoc* e membro da Comissão Minter/Dinter na Área de Direito da Capes/Ministério da Educação. Editor-chefe da revista *Culturas Jurídicas* (PPGDC/UFF).

Colaboradores:

André Roberto Ruver
Aline Andrighetto
Daniel Araújo Valença
Daniela Mesquita Leutchuk de Cademartori
Diego Augusto Bayer
Gabriela M. Kyrillos
Geovana Prante Gasparotto
Guilherme Gomes Ferreira
Guilherme Rodrigues Tartarelli Pontes
Humberto Conceição Lippo Pinheiro
Idília Fernandes
Ilana Lemos de Paiva
Jane Cruz Prates
Jean Lucca de Oliveira Becker
João Ignácio Pires Lucas
José Antônio Siqueira Pontes
Karina Macedo Fernandes
Lisélen de Freitas Avila
Lucas de Alvarenga Gontijo

Luciano Augusto Henning
Luiz Fernando Scheibe
Márcio de Souza Bernardes
Maria Beatriz Oliveira da Silva
Maria de Fátima Schumacher Wolkmer
Milena Petters Melo
Monia Peripolli Dias
Monique Soares Vieira
Nadia Regina Wacheleski
Natalia Martinuzzi Castilho
Patricia Krieger Grossi
Pavlova Perizollo Leonardelli
Raquel Fabiana Lopes Sparemberger
Rene José Keller
Sergio Urquhart de Cademartori
Thaísa Cristina Guimarães Fonseca
Thiago Rafael Burckhart
Tiago Menna Franckini
Vitor Sousa Freitas



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

D598 Direito e marxismo [recurso eletrônico] / org. Enzo Bello, Martonio Mont'Alverne Barreto Lima, Sérgio Augustin. - Caxias do Sul, RS : Educs, 2014.
4 arquivos digitais.

ISBN 978-85-7061-743-9 (v. 1)

ISBN 978-85-7061-739-2 (v. 2)

ISBN 978-85-7061-740-8 (v. 3)

ISBN 978-85-7061-741-5 (v. 4)

Apresenta bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web.

Conteúdo: v. 1. Materialismo histórico, trabalho e educação – v. 2. Economia globalizada, mobilização popular e políticas sociais – v. 3. Transformações na América Latina contemporânea – v. 4. Meio ambiente.

1. Direito e socialismo – América Latina. 2. Filosofia marxista. I. Bello, Enzo. II. Lima, Martonio Mont'Alverne Barreto. III. Augustin, Sérgio.

CDU 2.ed.: 340.11:316.26(7/8=134)(0.034.1)

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|--|---------------------------------|
| 1. Direito e socialismo – América Latina | 340.11:316.26(7/8=134)(0.034.1) |
| 2. Filosofia marxista | 141.82 |

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Ana Guimarães Pereira – CRB 10/1460.



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax PABX (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197

Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

Diversidade na sociedade capitalista e a luta de classes

Humberto Conceição Lippo Pinheiro

Idilia Fernandes

Jane Cruz Prates

1 Considerações iniciais

Para analisar a questão da diversidade na sociedade de classes, admitindo o fato de que cada indivíduo possui inúmeras características que o diferenciam dos demais, entende-se também que multiplicidade de expressões singulares se coloca em um mundo padronizado, mediado por relações de exploração e desigualdades. Por mais que haja uma dinâmica intensa na forma como as pessoas vivam a história, não é possível negar a tendência unificante que existe no social e na divisão entre as classes sociais.

Neste artigo será apresentado no item primeiro: As Diferenças na Sociedade de Classe, no qual se trabalha com o conceito de diversidade da condição humana situado nas engrenagens da sociedade capitalista caracterizada pela realidade da classe social. Procuramos demonstrar as consequências da divisão entre as classes na perspectiva marxiana e a relação entre alguns conceitos de Marx com o conceito de diversidade proposto nesta reflexão. No item segundo: Diversidade e Luta de classes, serão indicados os caminhos reflexivos que levam ao entendimento de que o pensamento de Marx se faz presente no capitalismo contemporâneo. Para explicar a sociedade do tempo presente ainda precisamos desvendar as relações de expropriação, as leis do mercado e a lei de acumulação característica de um sistema social que não prescinde do trabalho explorado. Neste contexto as diferenças singulares são interdidas em sua expressão e presentificação no espaço social. A luta de classes e as estratégias coletivas serão um caminho necessário para a reconstrução social, neste sistema. Na organização da sociedade do capital a padronização dos comportamentos, da produtividade e da estética são processos sociais que precisam ser desinventados a fim de que a vida humana seja verdadeiramente plena de possibilidades. Nas considerações finais apresentamos uma reflexão que busca integralizar os itens discutidos ao longo do artigo.

2 As diferenças na sociedade de classe

A consequência principal das relações sociais, mediada pela construção da sociedade do capital, é justamente a questão social. Isso significa dizer que a sociedade produz, em seu movimento humano e contraditório o acirramento da luta de classes. De um lado o capitalismo concentra riquezas e informações nas mãos de poucos privilegiados da sociedade, ocasionando necessariamente miséria para muitos outros não privilegiados e que se tornam alheios aos bens produzidos socialmente. Por outro

lado esses seres humanos, apartados dos bens sociais, precisam produzir coletivamente formas estratégicas de enfrentar toda a desigualdade construída em um sistema de expropriações singulares e coletivas, injustiças sociais e segregações de determinados segmentos da sociedade.

Compreender a questão social,¹ na perspectiva de Yamamoto, como consequência da relação entre capital e trabalho, vai nos ajudar a entender os fatos numa dimensão social e não restrita as possibilidades e impossibilidades dos indivíduos na conquista dos bens para suas vidas. Vai nos levar, também, a tomar como objeto de atenção, de preocupação e de intervenção profissional o movimento e o resultado da relação capital/trabalho na vida em sociedade. Significa, de outra forma, buscar uma análise que supere uma visão simplificada, fragmentária da vida social e perceba sua totalidade, permeada por inúmeras contradições, marcada por uma determinada historicidade, em um campo social determinado pelas relações de trabalho.

O século XXI chegou há mais de uma década e podemos perceber que homens e mulheres ainda estão em um contexto que está desumanizando essa condição humana. Há um trabalho de sensibilização, de conscientização sobre a humanidade das relações sociais, que precisa ser realizado. As instituições, as empresas, os hospitais, as universidades, a comunidade, as mídias de massa, as equipes de trabalho estão permeadas pelo modelo de gestão de acumulação flexível, no qual se pode pontuar que há muitas individualidades exploradas e oprimidas, naufragando em um contexto de alienação, vivenciando a realidade de classe social similar à realidade social demonstrada por Marx em 1848:

Desde as épocas mais remotas da história, encontramos, em praticamente toda a parte, uma complexa divisão da sociedade em classes diferentes, uma gradação múltipla das condições sociais. Na Roma Antiga, temos os patrícios, os guerreiros, os plebeus, os escravos. Na Idade Média, os senhores, os vassallos, os mestres, os companheiros, os aprendizes, os servos; e em quase todas essas classes, outros comandos subordinados.²

É importante que nossas consciências ainda possam vislumbrar o entendimento sobre o significado da sociedade de classe ou da classe social. Esta divisão na estrutura de nossa sociedade esteve e ainda se faz presente se reproduzindo nas atribuições que cada trabalhadora e trabalhador construíram para si mesmo no processo de alienação. Esse contexto precisa ser demonstrado em suas particularidades. O processo de alienação e de negação da existência da classe social está na mesma engrenagem social na qual a relação entre capital e trabalho, o ser humano, sua subjetividade e a sua força física continuam sendo fundamentais para que o capital possa bem se desenvolver.

Não existe capitalismo tardio ou desenvolvido sem o sujeito livre e explorado para colocá-lo em movimento, para fazer suas engrenagens se mexerem e operarem as

¹ IYAMAMOTO, Marilda V. *O serviço social em tempos de capital fetiche e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2008.

² LASKI, Harold J. *O manifesto comunista de Marx e Engels*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 94.

mutações dos objetos e da natureza. Os sujeitos dos tempos modernos operavam em série e em massa, com o cronômetro, na medida exata do tempo, faziam tudo por partes, em fragmentos, mas de seu trabalho era retirada a mais-valia.³ O trabalho da era da globalização e da acumulação flexível superou a fragmentação da atividade, uma vez que precisa ser múltiplo e polivalente, para o trabalhador não lhe basta usar os músculos precisa ceder, também, ao benefício do capital sua potencialidade de pensar, de gerenciar, de organizar e participar ativamente das atividades da empresa. A mais-valia continua sendo retirada do trabalhador, conforme já havia nos prevenido Marx, porém, junto com ela, além do suor vai um pouco de sua alma, de seu ser integral físico psíquico e espiritual.

Por burguesia, entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por proletário, a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviverem.⁴

A vida humana tem uma dimensão concreta, na mesma está o desenvolvimento histórico das condições dos meios produtivos de vida das pessoas. O modo de vida dos sujeitos das sociedades está atravessado por diversos fatores concretos tanto quanto pelos fatores de ordem imaterial. A estrutura social é composta de forma a gerar as desigualdades de condições de vida a começar pela clássica divisão social entre os que possuem meios de produção e os que vendem sua força de trabalho. A sociedade não é algo abstrato, se faz na totalidade das relações do ser social, na força da conjugação dos múltiplos movimentos dos sujeitos que nela convivem e a transformam constantemente.

A consequência da divisão entre as classes, como um dado de realidade presente ainda na nossa sociedade contemporânea, se reproduz nas estatísticas que apontam os altos índices de miséria, de analfabetismo, de corrupção, de descaso com as políticas públicas e com o social. De outra forma, a riqueza que tem sido produzida no mundo nos últimos anos de capitalismo é imensa. A tecnologia se desenvolveu de forma espetacular desde a década de 80, a concentração de renda se tornou cada vez mais intensa. Qual a diferença que há desde o tempo em que Marx escreveu seus textos para hoje quanto à estrutura da sociedade do capital? Está presente na materialidade da vida social a marca da divisão do acesso aos bens sociais, como característica da organização desta sociedade e do seu modo de produção das riquezas e das misérias. Com esta clássica realidade estrutural que se pode dizer sobre a possibilidade do convívio com as diferenças singulares e a diversidade da condição humana no conjunto das relações sociais mediadas pelo capital?

Diversidade é o conjunto das diferenças e peculiaridades individuais. Algo em cada ser humano que é impossível padronizar, por mais que a sociedade deseje unificar.

³ Quanto a este assunto da mais valia ver MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Trad. de Reginaldo Sant'Anna. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. L. I.

⁴ LASKI, Harold J. *O manifesto comunista de Marx e Engels*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 93.

É peculiar a cada pessoa uma série de diferenciações que fazem parte de suas características, enquanto indivíduo único, a singularidade própria dos seres humanos pressupõe diferenciações. Temos, aproximadamente, 7.000.000.000 (sete bilhões) de seres humanos no mundo e nenhum repete outro. Nenhuma pessoa se iguala a outra neste imenso número. Somos todos diferentes e por mais seres humanos que possam habitar o planeta não podemos imaginar uma situação na qual vá nascer uma criança igual as que já existem. Não nos repetimos enquanto espécie humana e, portanto, a diversidade é nossa característica universal.

A partir deste conceito de diversidade humana podemos concluir: um mundo verdadeiramente humano deveria ser construído considerando a diversidade como fundamental à vida social. Recorrendo ao *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, pode se encontrar um conceito de “diferenciação social” no qual a diferença entre grupos ou categorias individuais é um fato social sempre presente. “A diferenciação acontece em função de diversos modos em diferentes sociedades, por vezes codificados por lei, entre grupos etários, sexo, grupos étnicos e lingüísticos, entre grupos profissionais, classes e grupos de status.”⁵

Ocorrem várias distinções entre os diferentes grupos. O fundamental nessa abordagem é entender o fato da diferenciação social estar associada à “estratificação social”. O que significa dizer que as desigualdades de poder, riqueza e prestígio social, em suas variadas formas, são as características principais do processo de diferenciação. As qualidades pessoais dos indivíduos ocupam lugares determinados dentro da sociedade e seus compartimentos. Cada indivíduo surge dentro de algum distinto grupo que já tem estabelecido determinado lugar no social. A partir desse lugar se estruturam diferentes condições de acesso ao mundo social. A “diferenciação social”, assim entendida, está na perspectiva inversa do entendimento de que a diversidade da condição humana deve compor o mundo social. Essa diferenciação se dá por uma estrutura já culturalmente formada e não em respeito à dinâmica peculiar em que a vida humana se apresenta. A sociedade cria e reproduz a “diferenciação social” sem absorver o conjunto das diferenças singulares como parte de seu movimento.

A socialização dos indivíduos se faz nos processos sociais e as diferenciações são consequências do mesmo processo. O movimento de se diferenciar e se igualar são consolidados na dinâmica social. Os padrões, as normas, as regras do mundo social são absorvidos pelas pessoas, a fim de que elas possam se socializar e, aqui há uma demanda social pela igualificação dos comportamentos e da produtividade. Há necessidade para cada pessoa de se tornar igual ao seu grupo, de negar suas diferenças pessoais e se esforçar para produzir de acordo as exigências do mercado de sua época histórica. A apreensão das formas relacionais, os modelos que serão internalizados desde a infância vão constituindo esse processo de socialização. A diferenciação acontece entre os grupos distintos, na medida em que a socialização seja feita com

⁵ BOTTMORE, Tom; OUTHWAITE, William. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996. p. 206-207.

determinada introjeção de costumes e padrões, diferenciados padrões e normas se tornam estranhos àquela socialização. Se a criança teve um processo de socialização em uma cultura basicamente urbano-industrial, ela responderá a este padrão se diferenciando de outra criança que construiu sua forma de se relacionar com os demais em um modelo rural agrário, por exemplo.

O problema que aqui se coloca não é a questão das culturas apresentarem traços diferenciados e da socialização se dar de maneiras distintas. A questão centra-se na hegemonia de um modelo sobre o outro, onde acontece a subjugação daquele que é considerado inferior. Na sociedade, tal qual está colocada, uma socialização diferenciada da considerada ideal pode ser considerada uma não socialização. No decorrer do processo histórico há inúmeros exemplos de situações nas quais acontece uma mutilação da cultura original do sujeito, em nome da socialização “oficial”. Os povos indígenas são exemplos emblemáticos desta trajetória social de violação das singularidades. Outro exemplo dramático é referente à cultura surda⁶ que foi mutilada em sua possibilidade de expressão gestual, em nome do “oralismo”, que é algo não natural para quem não é surdo. Os surdos foram obrigados a oralizar e a negar sua língua de sinais, como a sua alternativa de comunicação.

Os indivíduos nascem com várias disposições potenciais características do ser humano. Sem a interação adequada com membros de uma comunidade social, em fases apropriadas do crescimento, essas disposições permaneceriam latentes e acabariam por desaparecer. Sem a atualização das capacidades de comunicação, raciocínio, atividade criativa, cooperação no jogo e no trabalho, uma criança jamais se desenvolveria no sentido de transformar-se em ser humano.⁷

Na referência acima se trabalha com um conceito de socialização que faz uma conexão entre o sujeito potencial e o necessário espaço do meio social para sua participação e criação. Cada ser social traz consigo as possibilidades criativas, mas precisa espaço para exercitá-las e expressá-las no convívio entre os outros seres de sua espécie. A socialização deveria ser não apenas espaço de introjeção para a igualização de comportamentos, mas, sobretudo, espaço para inserção de atos criativos e diversificados de cada pessoa. A condição real da existência humana, ou seja, o modo de ser, a situação peculiar aos indivíduos é a condição da diversidade.

As condições materiais do contexto de vida destes mesmos indivíduos se fazem no inverso proporcional a essa diversidade. A padronização do social, a massificação das culturas, a pretensa igualificação dos comportamentos ferem a condição natural, a situação original de ser humano no mundo. Uma pessoa, em seu processo de desenvolvimento e diferenciação de outros, deveria ter a possibilidade de interagir e expressar com sua peculiar diversidade. Entretanto, a expectativa social é de que cada um seja igual aos demais. Esse é um paradoxo da construção social, o que pode remeter àquela discussão filosófica de contraposição entre essência e existência. Entretanto, esse

⁶ WRIGLEY, Owen. *The politics of deafness*. Gallauder University Press, 1996.

⁷ BOTTOMORE; OUTHWAITE, op. cit., p. 342.

é um debate que não será aqui aprofundado, embora a relevância e profundidade dessas prerrogativas filosóficas.

Os preconceitos criados no social são resultado de todo o processo que cria a norma e a partir dela o que fica fora é desvio. Sendo assim, será julgado como inadequado e indesejável. Como ilustração, podemos referir a situação das pessoas com deficiência na sociedade, se percebe que há preconceitos, discriminações e muros criados por parte das diversas instâncias sociais. A condição da deficiência é situada em uma categorização carregada de desqualificação e menos-valia na escala social. Na condição da deficiência, por ser mais acentuada a diferença, os impedimentos e as barreiras presentes no social são mais drásticas.

Outro fato que materializa alguns aspectos desta relação de oposição entre diversidade e a ordem social estabelecida na sociedade de classes pode ser percebido em estudos e pesquisas que se voltam para vencer o déficit, para eliminar a deficiência. A engenharia genética se empenha em superar os “defeitos” considerados congênitos, como no caso da surdez ou do autismo, por exemplo. Entretanto, pode-se objetar conforme Wrigley: “Paddy, um intelectual Surdo morando no Reino Unido, considera os esforços médicos de eliminar a Surdez como uma forma clara de genocídio.”⁸ A possibilidade de eliminar a deficiência antes da sua concepção remete, uma vez mais, à normalidade, enquanto um valor social, o normal e a perfeição continuam sendo uma busca e um ideal de vida para os sujeitos. Sendo assim as deficiências/diferenças são percebidas enquanto falhas e não são reconhecidas enquanto parte da diversidade humana. De outra forma a ideia da eliminação não leva em conta o aspecto potencial e construtivo das deficiências e das diferenças para a riqueza social.

Em contraponto à perspectiva do extermínio das diferenças, considera-se potencial o reconhecimento político das diferenças.⁹ Considerando-se a distinção de singularidades, se abriria espaço no campo social para as diferenciações individuais, o que poderia reduzir e/ou evitar o imenso abismo da diferenciação das condições objetivas de vida entre as pessoas. Em outras palavras, se no horizonte social tivesse espaço aberto para considerar a diversidade como condição humana não se criaria tantos muros para separar os “distintos” dos “comuns”. A propósito da distinção negativa criada historicamente entre os segmentos da sociedade, Jovchelovitch pontua:

Tanto o sujeito negro como a mulher foram historicamente construídos por representações marcadas pela violência simbólica e por um conjunto de exclusões. Mas ambos (e certamente a mulher negra com mais esforço) lutaram, e lutam, para não serem reduzidos a essas representações. Produzir contra-representações, outras representações, que não reduzam a objetividade da condição negra e feminina às tentativas de lhe construir enquanto negatividade tem sido parte dos movimentos negros e do movimento de mulheres.¹⁰

⁸ WRIGLEY, op. cit., p. 95.

⁹ Para maiores conhecimentos sobre o conceito de reconhecimento político das diferenças consultar: LIPPO, Humberto (Org.). *Sociologia da acessibilidade e reconhecimento político das diferenças*.

¹⁰ JOVCHELOVITCH, Sandra. Re (des)coabrindo o outro: para um entendimento da alteridade na teoria das representações sociais. In: _____. *Representando a alteridade*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p. 78.

As representações sociais e especialmente as condições concretas de vida dos sujeitos sociais denunciam as inúmeras mutilações a que são sujeitas as distinções. A negatividade dessas representações, referida pela autora acima, bem como, também das condições concretas, dizem respeito à ideia de que o outro é o diferente. A diferença não é vista como distinção e sim como desqualificação. A diferença é percebida como a marca do desigual, como se fosse o desacordo, o desalinho, ou o desvio. Não se considera o fato de que cada ser tem suas diferenças e que o conjunto delas constitui o mundo social percebe-se o outro como o diferente. O equívoco está colocado, na distinção categorial, ou seja, se faz uma linha divisória entre a categoria dos “iguais” e categoria dos diferentes. Nessa categorização recai a negatividade sobre aqueles que se diferenciam, como um estigma, uma marca. Há uma demarcação de fronteiras que separa o que permanece e o que fica fora. Assim o mundo social se divide em “o nós e o eles”.

A participação social é uma necessidade humana, o mundo que se coloca ao redor das pessoas é um mundo para ser explorado, por onde todos deveriam poder circular e ter acesso a sua constituição e transformação constante. Os processos que consolidam a criação de inúmeras barreiras impeditivas da expressão de seus sujeitos são processos que desumanizam a vida social. Nesse sentido se pode objetar até que ponto o mundo que criamos histórica e cotidianamente é um mundo acessível a toda esta diversidade característica da humanidade. A participação é um processo social necessário para todas as pessoas. Constitui-se, a participação, em “[...] requisito de realização do próprio ser humano [...]. O desenvolvimento social do homem requer participação nas definições e decisões da vida social”.¹¹ Justamente esse requisito tão fundamental foi interditado pelo imperativo da normalidade, não viabilizando o acesso das diferenças na participação do mundo social ou dificultando muito este acesso.

Para o enfrentamento do processo de alijamento das singularidades é necessário que a escola, os professores, os profissionais das diversas áreas, os pais, os familiares, as instituições em geral, os diversos setores da sociedade possam aprender a se comunicar com as diferenças. Isso significa em última análise aprender a se comunicar com a sua própria condição de pessoa, ou seja, com a característica da diversidade que é peculiar à espécie humana. A mudança que deverá ocorrer é cultural e estrutural, no que diz respeito ao reconhecimento político das diferenças. Uma nova percepção e uma nova prática social que desenvolvam novos processos sociais, nos quais pertencer a seu próprio grupo humano não seja mais uma questão para o debate e sim uma prática comum à vivência humana.

É certo que as diferenças e a pluralidade da vida não têm encontrado lugar na escola: é como se as crianças, jovens e adultos, ao desfrutarem das atividades escolares, tivessem de se despir de suas singularidades, peculiaridades e,

¹¹ SOUZA, Maria Luiza. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993. p. 83.

mesmo suas semelhanças para compor um todo homogêneo, estável, previsível e quiçá, imutável.¹²

Não se aprende desde criança a valorizar a vida em sua plenitude natural e singular. Aprende-se a adorar o belo, e o belo é o imediato produtivo do momento atual. É uma questão sociocultural não saber valorizar as conquistas pessoais que serão sempre particularizadas e diferenciadas. O que se aprende é cultivar um padrão de exigência de uma “supercompetência” para acompanhar o ritmo de uma sociedade que não para de se desenvolver, do ponto de vista da tecnologia de seu aprimoramento e da acumulação do capital. Entretanto, do ponto de vista da humanidade das relações sociais há muito que se aprender e avançar quanto aos conceitos e práticas sociais, referentes à questão das diferenças.

Os pressupostos do reconhecimento político das diferenças deveriam ser apreendidos desde o início da vida em sociedade. O ensino básico (infantil, fundamental e médio) e o chamado Ensino Superior é um espaço potencial para esta aprendizagem. Infelizmente, na sociedade marcada pela diferenciação entre as classes sociais, os valores que aprendemos a cultivar são os valores do mercado, onde tudo se coisifica e tem um valor comercial. Aprendemos a nos esforçar para nos colocar no enquadre da normalidade, da produtividade de um padrão social permeado pelo capitalismo. Os valores da sociedade do capital atravessam os costumes e a cultura entre as pessoas e entre as nações, reproduzindo-se a exploração e o afastamento do outro. Quando superarmos esta estrutura de forma material e de dentro de nossas mentalidades alienadas, poderemos então, apreender novas formas de sociabilidade e de interação com a nossa própria condição humana.

Existe uma enormidade de situações e pesquisas¹³ que comprovam que muitas crianças, após diagnóstico de algum tipo de déficit, são consideradas pela escola potencialmente incapazes de se alfabetizarem. Essas são tratadas de modo diferenciado, não recebem estímulo para acompanhar a aprendizagem escolar. Em condições como essa, é negado o direito de aprender, de se desenvolver, de se relacionar com o mundo dos objetos, de manipular as coisas que estão fora do sujeito, mas que na relação com os mesmos, os constituem.

Todas as suas relações com o mundo – ver, ouvir, cheirar, saborear, pensar, observar, sentir, desejar, agir, amar –, em suma, todos os órgãos de sua individualidade, como órgãos que são de forma diretamente comunal, são, em sua ação objetiva (sua ação com relação ao objeto), a apropriação desse

¹² BRIZOLA, Francéli. *Educação especial no Rio Grande do Sul: análise de um recorte no campo das políticas públicas*. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2000, p. 123.

¹³ O Texto de VELHO, Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social, 1985, apresenta vários exemplos de crianças que sofreram processos de discriminação e de não investimento em seu potencial cognitivo, por terem alguma deficiência. O texto de TOMASINI, Expatriação Social e a Segregação Institucional da Diferença: reflexões. 1998, de igual forma aponta exemplos, nesse sentido. O livro de AMARAL, Lígia Assumpção. *Pensar a Diferença/Deficiência*, 1994, também, aponta exemplos de crianças que são “diagnosticadas” pelas professoras como incapazes de aprender, sem ao menos terem tido oportunidade de exercitar sua potencialidade.

objeto, a apropriação da realidade humana. A maneira como eles reagem ao objeto é a confirmação da realidade humana.¹⁴

O destaque ao pensamento do autor acima citado será aqui analisado, no que tange as relações sujeito-sociedade e sujeito-objeto de comunicação com mundo. Primeiramente se pode entender que os sentidos humanos são individuais por fazerem parte de um sujeito único. Ao mesmo tempo são os sentidos também “comunais”, pois ao expressá-los no mundo eles estarão em relação direta com os sentidos de outros seres humanos. A possibilidade de expressar esses sentidos, pela manipulação daquilo que é exterior ao indivíduo, ou seja, dos objetos, será justamente aí o ponto no qual reside a consolidação da realidade humana. Quando o sujeito é impedido de exercer esta relação fica impossibilitado de expressar sua individualidade, seu caminho configura-se de maneira interdita, criam-se barreiras entre a pessoa e seu meio, sua subjetividade fica impedida de se objetivar no mundo.

O sujeito cria sua realidade humana na conexão de sua vida pessoal à vida social e na dinâmica relacional com o mundo, ou seja, na vida prática. Negar o direito de se presentificar no mundo é uma forma de desumanizar o ser, de esvaziar seu sentido de vida. Justamente esta negativa é uma realidade muito presente para aquelas pessoas que têm algum tipo de déficit seja físico, sensorial ou intelectual. Não ser considerado um ser humano por apresentar diferenças, deficiências, déficits nas áreas do desenvolvimento é a demonstração da dificuldade de compreensão acerca da própria condição humana, por parte daqueles que são humanos e vivem em sociedade. É estranho pensar que para o ser humano seja tão difícil reconhecer sua própria condição de diversidade. A perspectiva de que todos devem ser iguais é irreal, pode estar a serviço da garantia de um real estático que não muda, que não se transforma, que não coloca em questão os padrões estabelecidos e fixados no campo social.

3 Diversidade e luta de classes

A teoria marxiana esclarece que as relações sociais estão permeadas pela estrutura social, que gera desigualdades gritantes, ou seja, a injustiça social, a exclusão social, o abandono dos sujeitos desta sociedade a sua própria sorte. O individualismo massacrando as individualidades em uma coletividade que desconsidera os sujeitos, em sua maioria, oportunizando apenas a uma restrita minoria qualidade de vida. Todos estes aspectos dizem respeito a uma determinada organização social e não é um fato da natureza, portanto, poderá ser alterado historicamente pela organização e intervenção do conjunto dos sujeitos sociais. Os indicativos sinalizados por Marx, no século XIX, parece ainda iluminar o caminho que trilhamos. Infelizmente ainda temos uma sociedade cruel, com inúmeras pessoas submetidas a um cotidiano de fome e restritas expectativas para o futuro.

¹⁴ MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, E. *Conceito marxista do homem*. Trad. de de Octávio Alves Velho. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 120.

A mercadoria é de início um objeto externo, uma coisa que satisfaz para seus proprietários uma necessidade humana qualquer. Toda a coisa útil, tal como o ferro, o papel etc., deve ser considerada sob duplo aspecto: a qualidade e a quantidade [...] É a utilidade de uma coisa que lhe dá um valor de uso. Mas essa utilidade não surge no ar. É determinada pelas propriedades físicas das mercadorias e não existe sem isso. A mercadoria em si, tal como o ferro, o trigo, o diamante etc., é, pois um valor de uso, um bem.¹⁵

Podemos encontrar ainda nas palavras do mesmo pensador alemão:

Esta aparência material que se dá a um fenômeno puramente social, esta ilusão de que as coisas têm uma propriedade natural, mediante a qual se trocam em determinadas proporções, converte, aos olhos dos produtores, o seu próprio movimento social, as suas relações pessoais para troca dos seus produtos, em movimento das próprias cousas, movimento que os arrasta, sem que, pelo menos, o possam dirigir. A produção e suas relações, criação humana, regem o homem em lugar de estarem subordinadas a ele.¹⁶

Demonstrando as próprias contradições na constituição do poder do capital, vai se chegar às estruturas contraditórias do capital, conforme indica Marx e, portanto, também aí não se poderia encontrar em que lugar o sujeito está situado nesta estrutura. Vislumbrar as deformidades que o sistema do capital vai configurando a realidade concreta dos sujeitos é uma forma de denunciá-lo. A realidade estruturada e concreta inclui relações ocultas e invisíveis entre elementos do todo, considerando-se a transitoriedade da história. O que é dado ou oculto não significa uma forma eterna de existência. O que é pode deixar de ser na fase posterior, a história humana difere da história natural, pois a primeira é realizada por sujeitos humanos.

A conexão entre os indivíduos sociais e a sociedade pode ser encontrada enfaticamente, na obra de Marx. Para esse pensador, atrás da realidade reificada da economia capitalista, estão as relações entre os homens e mulheres da sociedade. Esse contexto humano e relacional deve ser desvendado, através de uma investigação, que se proponha conhecer, para poder transformar. Para compreender a sociedade, Marx parte da forma como as pessoas organizam os meios de produzir o necessário para suas vidas.

A divisão do trabalho, salários, valor e preço, inflação, lucro, esses elementos estão ligados à complexa constituição da sociedade. Os meninos que estão nas ruas; famílias inteiras que têm como moradia as pontes da cidade; os hospitais públicos sucateados; pessoas com deficiência sem acesso à escola, à cultura, ao trabalho, ao lazer; processos discriminatórios com pessoas idosas; homossexuais sendo agredidos e até mesmo assassinados; todos estes aspectos não são fatos isolados. Tudo isto faz parte do mesmo contexto, a mídia através dos meios de comunicação, por exemplo, anuncia as desgraças públicas, porém, sem relacioná-las com a sua origem, com a causa das mesmas, com os porquês.

¹⁵ MARX, Karl. *O Capital*. 4. ed. Tradução de Ronaldo Alves Schmidt. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 24.

¹⁶ MARX, Karl. *O Capital de Carlos Marx*. 2. ed. Trad. de de Gabriel Deville. São Paulo: Cultura, 1946. p. 95.

A sociedade capitalista se caracteriza pela divisão da sociedade em duas classes fundamentais: uma proprietária dos meios de produção, cujos integrantes concentram riqueza e poder e outra, trabalhadora assalariada, cujos integrantes são considerados trabalhadores “livres”, mas são despojados de seu objeto e meio de trabalho, e estruturalmente separado das relações de propriedade e de posse.¹⁷

As relações sociais são mediadas pela lei da concentração da terra, do capital de giro e atualmente da informatização, nas mãos de uma restrita minoria. O radicalismo da proposta metodológica de Marx demonstrou um entendimento profundo e concatenado, sobre a infelicidade pública. O sistema capitalista foi denunciado por ele, em suas particularidades.

Essa análise desemboca evidentemente sobre uma condenação apaixonada do capitalismo como sistema de dilapidação sem escrúpulos da vida humana e de sua alquimia da exploração que não visa senão transformar o suor e o sangue humano em mercadoria.¹⁸

A teoria marxiana acentua o valor do homem que faz a história, a assertiva de Marx de que existe uma “prática revolucionária”, passa pelo entendimento de que “toda a vida social é essencialmente prática” e de que as circunstâncias modificam-se, “com a atividade humana ou alteração de si próprio”.¹⁹ A atividade humana sensível, prática, enfatizada por Marx, demonstra o caráter ativo como real e objetivo, o autor demonstra a importância da atividade revolucionária, da prática crítica.

A doutrina materialista sobre a alteração das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são alteradas pelos homens e que o próprio educador deve ser educado. Ela deve, por isso, separar a sociedade em duas partes – uma das quais é colocada acima da sociedade.²⁰

A individualidade humana se encontra atravessada por uma diversidade de vetores externos à interioridade, esses permeiam a consciência individual do ser social. Os diversos vetores são construídos historicamente, em contextos culturais específicos a cada época e a cada povo. Não há dicotomia entre indivíduo e sociedade, entre sujeito e objeto, singular e universal. Há uma interdependência entre o sujeito e seu contexto natural e social. Existe uma forte conexão entre as partes e o todo, ou seja, entre o ser que é uma parte do universo e todo este conjunto que consolida a vida humana, situando-a no universo natural, político, ideológico, cultural, social, econômico e mais

¹⁷ BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. A escola no contexto da sociedade capitalista moderna. In: _____. *Políticas e legislação da educação básica no Brasil*. Curitiba: Ibpx, 2010. p. 5.

¹⁸ LOWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. 2. ed. Trad. de Reginaldo Di Piero. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 69.

¹⁹ MARX, Karl; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 12.

²⁰ *Ibidem*, p. 11-14, 125-128.

uma vez humano. O indivíduo é único e indivisível, se constitui enquanto tal, na trama das múltiplas relações da sociedade.

O sujeito se objetiva em suas atividades criativas e materializa sua subjetividade em atos, no meandro de suas relações sociais. A criação de espaços e recursos para o desenvolvimento da vida humana é uma conquista histórica de indivíduos que constroem a história, portanto, em reconhecimento da diversidade da condição humana, deveria ser universal o acesso de todas as pessoas, neste espaço construído e conquistado. O social se transforma constantemente, em conformidade com a intenção e ação de seus protagonistas, os sujeitos. O social é campo da expressão de cada um e de todos os sujeitos que nele vão organizando sua forma de viver, o modo de vida e os meios de produzi-la no conjunto de sua imensa dinâmica humana e coletiva. Em uma visão marxiana sobre a realidade humana, o indivíduo concreto é uma síntese das inúmeras relações sociais.

Tendo em vista o entendimento da questão social e suas consequências não se pode perder, na leitura da diversidade, o horizonte de toda a estrutura da sociedade. Necessário se faz considerar a cultura, a diversidade, as singularidades, e todas as particularidades no conjunto do social. Existe uma especificidade dos sujeitos, quanto à raça, etnia, gênero, questões referentes à deficiência, a homossexualidade e tantas outras formas peculiares dos sujeitos se situarem no social. As políticas públicas nem sempre estão atentas a esta diversidade e tratam todas as questões de uma forma homogêneas.

O espetáculo da diversidade não deve limitar nossa percepção sobre o contexto social e material da vida social e sobre as causas que unificam toda a consequência das opressões e das desigualdades estruturadas da sociedade conforme já nos alertava Thompson.²¹ É preciso vislumbrar como a parte se localiza no todo, superar o risco da fragmentação, perceber as partes e as diferenças sem deixar de considerar a raiz de toda injustiça social pela qual todos e todas estão subjugados e precisa encontrar alternativas de enfrentamento como coletividade. Não se pode perder de vista na particularidade, a visibilidade de um contexto onde cada situação se localiza de alguma forma em conexão com as demais situações e com o todo articulado que cria determinadas estruturas. Estruturas, essas, que mesmo tendo sido criadas na história por sujeitos, por isso mesmo, podem ser transformadas, uma vez identificadas e trabalhadas no sentido de sua superação.

O Estado é um espaço de disputa de poder entre as classes fundamentais e justamente quando a classe trabalhadora se organiza, reivindicando os seus direitos, estabelecem possibilidades de composição de uma contra-hegemonia, que pode levar à construção de novas configurações nas relações de poder.²²

²¹ THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era da comunicação de massa*. Rio de Janeiro, Vozes, 1995. p. 426.

²² BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. A escola no contexto da sociedade capitalista moderna. In: _____. *Políticas e legislação da educação básica no Brasil*. Curitiba: Ibpx, 2010. p. 7.

Os movimentos sociais se consolidam nas relações sociais desafiando estruturas institucionais, de governo, de culturas instituídas, de modos de vida e das formas reificadas de pensar. Desafiam, também, normas e padrões morais de comportamento, para alcançar transformações substantivas no cotidiano da vida social. Todas as grandes transformações e conquistas da vida contemporânea são resultado e legado histórico dos grandes enfrentamentos realizados pelos diferentes movimentos sociais e pelas coletividades.

Movimentos sociais são formas de enfrentamento das contradições sociais que se expressam em reações coletivas a algo que se apresenta como bloqueio ou afronta aos interesses e necessidades coletivas de determinado grupo social.²³

Encaminhando-nos para o final das reflexões propostas neste artigo nos valeremos da arte ou de um expoente da mesma para tematizar sobre a questão da diversidade nas relações sociais da sociedade capitalista. A referência que se vai utilizar para iluminar essa análise será a figura de Charlie Chaplin, no que diz respeito a um aspecto de sua vida. Trata-se de um ator inglês, considerado um dos mestres da comédia cinematográfica. O governo britânico pretendia homenagear no ano 1956²⁴ esse artista pela genialidade de sua arte. Entretanto, a condecoração foi suspensa por sugestão do corpo diplomático britânico, que na época considerou perigoso ofender a opinião pública norte-americana.

O governo dos EUA, através de uma investigação da Comissão parlamentar “Un-American” apontou Chaplin como “defensor notório de causas esquerdistas e comunistas, em 1952”. Na época este ator inglês ao sair dos Estados Unidos foi proibido de voltar e se estabeleceu na Suíça. “Um Chaplin frágil e em cadeira de rodas recebeu a distinção real de cavaleiro da Rainha Elizabeth mais de duas décadas depois, em 1975, 18 meses antes de morrer”.²⁵

O que se tem com o esse exemplo ilumina duas facetas de uma reflexão que se enquadra na linha de pensamento desenvolvida neste artigo. Primeiramente, a relação entre sujeito e o contexto. Um sujeito, independentemente do fato de sua genialidade ou de seu déficit, se não corresponder às expectativas do meio social fica fora do mesmo, em algum aspecto. Foi o que aconteceu com Charlie Chaplin, muito embora fosse ele um dos maiores mestres da história do cinema, toda sua genialidade foi reduzida a seu “mau comportamento”. Uma vez que o artista demonstra contraposições ao que estava estabelecido na ordem do social não recebera as condecorações oficiais, as quais tinha direito, pela importância social de sua obra. E, aqui se tem o necessário enquadre em um molde, sob pena da exclusão.

²³ SOUZA, Maria Luiza. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993. p. 99.

²⁴ Segundo informações de arquivos recém-desclassificados divulgados pelo escritório de Registros Públicos, citados no jornal SUNDAY TELEGRAPH, Grã Bretanha (exclusivo/noticias/terra/online/2002/07/21; p.1).

²⁵ exclusivo/noticias/terra/online/2002/07/21; p. 1.

Dentro dessa linha analítica outra face da questão se demonstra no fato de que Chaplin, após se apresentar como uma figura “frágil”, do ponto de vista da imagem pessoal, se torna então “apto” para ser condecorado. O artista já não significa uma ameaça ao sistema estabelecido e “merece” ser premiado por estar em uma condição de desvantagem pessoal: velho e em cadeira de rodas. A condição de minoridade reportada a situações de deficiência e também a condição da terceira idade minimizam o significado político de uma pessoa que teve uma história com essa marca. Portanto, sendo assim, o artista pode ser homenageado sem ofender as autoridades norte-americanas e sem colocar em risco a diplomacia britânica.

Thompson²⁶ em seu estudo sobre os diferentes sentidos da cultura, acentua, denominando de “concepção simbólica”, que a análise da cultura pressupõe a percepção de “camadas de significados”. Significados esses que os indivíduos estão produzindo, percebendo e interpretando em ações e expressões diárias. A produção de uma prática social significativa para os indivíduos se traduz na possibilidade dessa produção de sentido se concretizar nas vivências e trocas entre os sujeitos ou na impossibilidade disso acontecer.

A produção do significado é reproduzida no cotidiano, ou seja, se cultua os significantes e a tendência é repeti-los até que seja possível construir novos significados. A produção da cultura está imersa em relações de poder e inseridas em contextos histórico-sociais determinados. Nesses contextos podem estar explícitas ou implícitas relações de poder que são produzidas e reproduzidas no meio social no qual o sentido é criado. Cultura e contexto social estão em uma conexão direta, em que a inter-relação entre ambos é permeada pela estrutura da sociedade.

Quando relações de poder estabelecidas são sistematicamente assimétricas, então a situação pode ser descrita como de dominação. Relações de poder são sistematicamente assimétricas quando indivíduos ou grupos de indivíduos particulares possuem um poder de maneira estável, de tal modo que exclua – ou se torne inacessível, em grau significativos a – outros indivíduos ou grupos de indivíduos, não importando a base sobre a qual esta exclusão é levada a efeito.²⁷

Na temática da diversidade na perspectiva analítica marxiana, o não acesso ao social por parte de tantos segmentos sociais discriminados vem na esteira da produção simbólica e concreta de uma cultura de normalidade que atinge a materialidade do modo de vida dos grupos desta sociedade estruturada pelo Capital. Um modo de vida que não se enquadra nos padrões de produtividade e normalidade estática desta sociedade receberá a marca da incapacidade. As relações de poder que permeiam a questão da produção da cultura e da materialidade da vida social vão balizar a forma como o ser social se situa na complexidade de seu convívio neste contexto. O lugar que cada qual vai ocupar na totalidade da vida em sociedade é apontado por esta construção. Lugar

²⁶ THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p. 175 -181.

²⁷ THOMPSON, op. cit., p. 199-200.

esse que dá e/ou tira a possibilidade de acesso ao social. Afirmar o reconhecimento político das diferenças, em todas as instâncias sociais, significa uma forma de enfrentamento ao caldo de cultura produzido nas engrenagens da sociedade do Capital. Necessário e urgente se faz entender que as nossas diferenças singulares precisam ter espaço criativo e ativo na construção de uma sociedade verdadeiramente humana, construída num ritmo próprio a cada ser social sem a moldura da expropriação capitalista.

4 Considerações finais

Ao afirmar a diversidade como condição humana se está pontuando que não se trata de considerar que alguns são diferentes de outros ou que esses outros sejam os “iguais”, os “corretos” ou adequados diante daqueles que se diferenciam. O que está sendo demonstrado é que a diversidade se caracteriza pelo conjunto de distinções que se fazem entre todos os seres humanos. A dinamicidade da realidade humana, seu movimento constante e inacabado leva a distinções permanentes entre as pessoas. A distinção vai dando ao mundo movimento e mutação. Como condição peculiar a todas as pessoas, a diversidade, vai transformando os padrões que são colocados pelo tempo histórico de cada civilização.

O grande paradoxo das relações sociais é produzir a padronização, tendo em vista que o ser humano é diverso, não se iguala, que a dinâmica da existência humana não se molda aos padrões estabelecidos. A consolidação histórica dos processos sociais é o resultado de tudo aquilo que seus sujeitos construíram e reconstruíram em seu permanente movimento. Há significativa interligação entre sociedade e o sujeito que está indicando uma verdadeira unidade entre ambos. Cada ser social se constrói em sociedade, essa é construída a partir da dinâmica movimentação entre os indivíduos sociais. A contemporaneidade é o tempo presente, que se fez, enquanto consequência da história e dos inúmeros processos que ao longo da mesma foram se consolidando.

Necessário se faz compreender as engrenagens do sistema social para encontrar as estratégias importantes e ações que, articuladas aos movimentos coletivos, possam enfrentar e superar as barreiras postas no social para que a vida se torne possível para todos. Especialmente buscar a necessária superação da imposição das leis de mercado e da acumulação em detrimento do sujeito deste social, que reduz suas possibilidades de participação e expressão singular. Na perspectiva do reconhecimento político das diferenças, a sociedade é pensada sob outra ótica que não aquela que a percebe de forma perfeita e adequada ao desenvolvimento humano. Nessa se percebem as limitações contextuais no tecido social e as dificuldades que existem para além de cada sujeito, o modelo, o padrão social é o que dificulta o indivíduo de se manifestar plenamente. E, como desde o tempo de Marx já havia sido dito, é preciso transformar nossa realidade bruta para nela podermos viver com dignidade humana uma vida de verdade.

Referências

- AMARAL, Lígia Assumpção. *Pensar a diferença/deficiência*. Brasília: Corde, 1994.
- BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.
- BRIZOLA, Francéli. *Educação especial no Rio Grande do Sul: análise de um recorte no campo das políticas públicas*. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2000. v. 1.
- BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. A escola no contexto da sociedade capitalista moderna. In: _____. *Políticas e legislação da educação básica no Brasil*. Curitiba: Ibpx, 2010.
- IAMAMOTO, Marilda V. *O serviço social em tempos de capital fetiche e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2008.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. Re (des)cobrir o outro: para um entendimento da alteridade na teoria das representações sociais. In: _____. *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LASKI, Harold J. *O manifesto comunista de Marx e Engels*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- LIPPO, Humberto (Org.). *Sociologia da acessibilidade e reconhecimento político das diferenças*. Canoas: Ed. da Ulbra, 2012.
- LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. 2. ed. Trad. de Reginaldo Di Piero. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MARX, Karl. *O Capital de Carlos Marx*. 2. ed. Trad. de Gabriel Deville. São Paulo: Cultura, 1946.
- _____. *O Capital*. 4. ed. Trad. de Ronaldo Alves Schmidt. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, E. *Conceito marxista do homem*. Trad. de Octávio Alves Velho. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Trad. de Reginaldo Sant'Anna. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. L. I.
- MARX, Karl; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SOUZA, Maria Luiza. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- VELHO, Gilberto (Org.). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- TOMASINI, Maria Elisabete Archer. Expatriação social e a segregação institucional da diferença: reflexões. In: _____. *Um olhar sobre a Diferença*. São Paulo: Papirus, 1998.
- WRIGLEY, Owen. *The politics of deafness*. Gallauder University Press, 1996.